

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REFERENTE AO DEMONSTRATIVO DE AVALIAÇÃO E CUMPRIMENTO DE METAS FISCAIS DO 3º QUADRIMESTRE DE 2021, EM OBEDIÊNCIA AO ARTIGO 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 101/2000, DE 04 DE MAIO DE 2000, ATENDENDO AINDA, AO DISPOSTO NO PARÁGRAFO 4º DO ARTIGO 9º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL, REALIZADA NA SALA DAS SESSÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JAHU, ÀS 18:00 HORAS DO DIA 24 DE FEVEREIRO DE 2022, a qual esteve sob a Presidência do Vereador Jefferson Vieira, Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia. Registrada a presença do Vereador Antonio Luiz Andretto Júnior, Presentes ainda, servidores municipais e profissionais da imprensa e público em geral, conforme lista de presença anexa. Iniciando os trabalhos o Vereador Jefferson Vieira, Presidente desta Sessão Pública, convidou a senhorita Natália Romano Camilo, Gerente de Orçamento e Finanças, para tornar público o Demonstrativo de Avaliação e Cumprimento das Metas Fiscais do 3º trimestre de 2021. A senhorita Natália Romano Camilo iniciou a sua explanação invocando o artigo 9º, parágrafo 4º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, enfatizando que o objetivo da presente Audiência seria o de demonstrar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, dos resultados econômicos, financeiros e orçamentários relativos ao 3º trimestre do exercício de 2021. Fez referência ainda, ao artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal que trata da transparência na gestão pública e da ampla divulgação em meio eletrônico. Ressaltou que na composição dos resultados consolidados acumulados até o 3º trimestre de 2021 estavam inclusos os dados dos Poderes Executivo e Legislativo, Administração Direta e Indireta: Prefeitura Municipal, Câmara Municipal, Agência Reguladora - SAEMJA, e IMPJ - Instituto de Previdência do Município de Jahu. Ato contínuo, a representante do Poder Executivo passou a tecer considerações acerca da demonstração dos resultados. Foi apresentado o quadro demonstrativo da receita arrecadada no exercício de 2021, a saber: **Total de Receita arrecadada líquida de R\$ 467.423.875,00 - 107,87%** assim composta: Impostos, Taxas e Contribuições de Melhorias - R\$ 118.430.076,00 - 105,26%; Receitas de Contribuições - R\$ 7.178.944,00 - 99,33%; Receitas Patrimoniais - R\$ 2.918.368,00 - 100,95%; Não tivemos Receita de Serviços; Transferências Correntes - R\$ 373.796.264,00 - 101,24%; Outras Receitas Correntes - R\$ 2.939.647,00 - 115,21%; Receitas Intra-Orçamentárias - R\$ 10.257,00 - 53,72%; **Receitas de Capital** - Receita de Alienação de Bens - R\$ 62.286,00 - 100%; Transferência de Capital - R\$ 2.409.772,00 - 323,60%; Outras Receitas de Capital - R\$ 1.372.350,00 - 92,26%; **Dedução do Fundeb** - R\$ 41.694.088,00 - 66,70%. Em seguida, foi exposto o comparativo da receita prevista *versus* a receita arrecadada no 3º trimestre de 2021. Inicialmente, informou a representante do Poder Executivo, havia sido prevista uma receita no valor de R\$ 427.747.053,00 e a receita efetivamente arrecadada foi no montante de R\$ 467.423.875,00, obtendo um incremento de R\$ 39.676.822,00 principalmente pela evolução nas receitas de FUNDEB, ICMS e FPM. **Principais Receitas Arrecadadas em 2021:** ICMS - R\$ 93.978.594,00; FPM - R\$ 84.474.680,00; SUS - R\$ 69.953.284,00; FUNDEB - R\$ 64.517.926,00; IPTU - R\$ 40.072.600,00; ISS - R\$ 29.986.427,00; IPVA - R\$ 27.871.036,00; ITBI - R\$ 11.720.703,00; FNDE - R\$ 10.930.223,00. Ato contínuo, foi exibido o comparativo da arrecadação no 3º trimestre dos exercícios de 2020 *versus* 2021, nas seguintes receitas: ICMS - acréscimo de 24,31%; FPM - acréscimo de 24,27%; FUNDEB - acréscimo de 22,10%; FNDE - acréscimo de 25,10%; SUS - redução de 11,55% devido à diminuição dos repasses em relação a 2020 referentes à pandemia do COVID. Em seguida, foi apresentado Demonstrativo das Despesas Empenhadas e Liquidadas no Exercício de 2021 por categorias econômicas, respectivamente: **Empenhada: Despesas Correntes R\$ 402.895.840,00 (93,68%)**; Pessoal e Encargos - R\$ 170.207.215 (39,57%); Juros e Encargos da Dívida - R\$ 156.350,00 (-0,03%); Outras Despesas Correntes - R\$ 232.522.732,00 (54,06%); Despesas Intra-Orçamentárias - R\$ 9.544,00 (0%). **Despesas de Capital R\$ 27.160.109,00 (6,31%)**; Investimentos - R\$ 15.386.284,00 (3,57%); Amortização da Dívida - R\$ 11.773.824,00 (-2,73%) **totalizando R\$ 430.055.949,00** e um total de **Despesa Liquidada em 2021 no importe de R\$ 415.028.397,00**. A seguir passou-se à demonstração do Quadro Comparativo das Despesas Empenhadas e Liquidadas nos exercícios de 2020 e 2021, sendo que em 2020 foi empenhado um valor de R\$ 403.001.499,00 e em 2021 foi empenhado um valor de R\$ 402.895.840,00, apresentando uma redução de 0,02%. **Despesas de Pessoal e Encargos** - R\$ 174.639.810,00 em 2020 e R\$ 170.207.215,00 em 2021, representando uma redução de 2,53%; **Juros e Encargos da Dívida** - R\$ 166.333,00 em 2020 e R\$ 156.350,00 em 2021, representando uma redução de 6,00%; **Outras Despesas Correntes** - R\$ 228.185.472,00 em 2020 e R\$ 232.522.732,00 em 2021, representando um aumento de 1,90%; **Investimentos** - R\$ 28.573.694,00 em 2020 e R\$ 15.386.284,00 em 2021, representando uma redução de 35% do total, sendo 46,15% referente a despesas gastas com investimentos e 11,76% referente à redução do valor empenhado na amortização da dívida. Portanto, no total da Despesa Empenhada tivemos uma redução 3,34%, ou seja, R\$ 14.863.053,00 e na Despesa Liquidada tivemos uma redução 4,89%, ou seja, R\$ 21.373.234,00. Na sequência, foi apresentado um resumo do ano de 2021 das Despesas Realizadas por Entidade no exercício de 2021: **Prefeitura Municipal** - receita de R\$ 465.951.018,00, despesa empenhada R\$ 410.307.906,00 e despesa liquidada R\$ 395.491.638,00; **Câmara Municipal** - despesa empenhada R\$

Ribeiro

Ribeiro

6.839.161,00 e despesa liquidada R\$ 6.628.043,00; **IMPJ** – receita de R\$ 268.407,00, despesa empenhada R\$ 12.192.153,00 e despesa liquidada R\$ 12.192.153,00; **Agência Reguladora** – receita de R\$ 1.204.449,00, despesa empenhada R\$ 716.563,00 e despesa liquidada R\$ 716.563,00. A seguir passou-se à demonstração do Quadro com os Principais Indicadores Constitucionais, demonstrando os Restos a Pagar por Entidades no início e no final do exercício 2021, ou seja, trata-se de Dívida Pública. No início de 2021 o saldo de Restos a Pagar Processado e Não Processado de R\$ 23.431.060,00, foi paga a importância de R\$ 10.423.518,00, foi cancelada a importância de R\$ 5.236.824,00 de restos a pagar prescritos e por não estarem processados, terminando o ano de 2021 com um saldo de Restos a Pagar de R\$ 7.770.647,00. Na sequência, foi apresentada a aplicação mínima obrigatória de 25% da arrecadação nas Despesas com Educação, com base na receita de impostos e transferências de impostos no valor de R\$ 313.366.182,00, a aplicação mínima obrigatória de 25%, equivalente a R\$ 78.341.545,00 foi atingida. Na **Despesa Empenhada**, foi aplicado 25,56%, correspondendo a R\$ 80.101.678,00, ou seja, R\$ 1.760.133,00 a mais do que o mínimo obrigatório; na **Despesa Liquidada** foi aplicado 25,33%, correspondendo a R\$ 79.392.966,00, ou seja, R\$ 1.051.421,00 a mais do que o mínimo obrigatório; e na **Despesa Paga** foi aplicado 25,15%, correspondendo a R\$ 78.826.205,00, ou seja, R\$ 484.660,00 a mais do que o mínimo obrigatório. A seguir, foram apresentadas as despesas com o FUNDEB, e a aplicação mínima de 70% com profissionais do magistério e a aplicação mínima de 90% dos recursos recebidos dentro do exercício, considerando a arrecadação de R\$ 64.784.443,00. Na **Despesa Empenhada** foi aplicado 74,77%, com as despesas de 70% no Magistério e 19,68% com as despesas de até 30%, totalizando o valor aplicado de 90,74% dentro do exercício; na **Despesa Liquidada** foi aplicado 74,77% com as despesas de 70% no Magistério e 16,02% com as despesas de até 30%, totalizando o valor aplicado de 90,74% dentro do exercício; na **Despesa Paga** foi aplicado 73,77% com as despesas de 70% no Magistério e 15,65% com as despesas de até 30%, totalizando o valor aplicado de 89,43% dentro do exercício, comprovando a aplicação de R\$ 3.094.751,00 a mais que o mínimo obrigatório. O município tem até dia 30 de abril, final do 1º trimestre de 2022, para aplicação do saldo residual do FUNDEB na importância de R\$ 3.587.700,00, conforme autoriza a legislação do FUNDEB. Na sequência, foi apresentado gráfico das despesas com ações de Saúde custeadas com recursos próprios, com percentual da despesa empenhada e liquidada da arrecadação de Impostos e Transferência de Impostos, a qual totalizou o montante de R\$ 306.392.846,00, ensejando a aplicação mínima obrigatória de 15%, equivalente a R\$ 45.958.927,00. **Despesa Empenhada**, foi aplicado 29,66%, correspondendo a R\$ 90.900.520,00, ou seja, R\$ 44.941.593,00 a mais do que o mínimo obrigatório; na **Despesa Liquidada** foi aplicado 28,95%, correspondendo a R\$ 88.712.555,00, ou seja, R\$ 42.753.628,00 a mais do que o mínimo obrigatório; e na **Despesa Paga** foi aplicado 27,81%, correspondendo a R\$ 85.222.354,00, ou seja, R\$ 39.263.427,00 a mais do que o mínimo obrigatório. A seguir passou-se à demonstração do quadro comparativo das **Aplicações Constitucionais da Despesa com Pessoal** nos exercícios de 2020 e 2021. No exercício de 2020 a receita corrente líquida foi de R\$ 429.581.406,00 e a despesa liquidada com pessoal foi de R\$ 171.966.176,00 equivalente a 40,03%. No exercício de 2021 a receita corrente líquida foi de R\$ 463.289.102,00 e a despesa liquidada com pessoal foi de R\$ 166.520.835,00, equivalente a 35,94%, sendo certo que, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, o limite máximo de gasto com pessoal é de 54% (art. 20 LRF), o limite prudencial é de 51,30% (art. 22 LRF), e, o resultado consolidado para o município de Jahu foi de 35,94%. Finalizada a explanação, a senhora Natália Romano Camilo, agradeceu a todos e colocou-se à disposição para dirimir as dúvidas eventualmente suscitadas, ocasião em que o vereador Jefferson Vieira, Membro da Comissão de Finanças, Orçamento e Economia e Presidente da Audiência Pública, concedeu a palavra aos presentes, sendo que ninguém manifestou interesse em pronunciar-se. Finalizando os trabalhos, agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a presente Audiência. Determinou a mim, Geraldo Pacheco Navarro Filho, Agente Legislativo, sob a supervisão da Diretora Geral da Câmara Municipal, Camila Rafaela Baroni, a elaboração da Ata para registrar o evento, que será disponibilizada para assinaturas das autoridades do Legislativo, do Executivo e da Mesa composta para direção dos trabalhos, fazendo parte integrante desta toda a documentação supra mencionada, bem como, a lista de presentes e o arquivo audiovisual em DVD com a íntegra da Audiência Pública

JEFFERSON RODRIGO VIEIRA
Vereador